

PARECER INDEPENDENTE | Green Bond Framework da Solfácil | 3 sobre o Green Bond Framework da Solfácil

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP/GLP • Energia renovável

GBP/GLP	Nível de alinhamento com as melhores práticas	Pontos Fortes	Pontos de Melhoria
1. Uso de recursos	<p>Liderança</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 100% dos recursos direcionados para o financiamento de CAPEX de novos projetos de mini e microgeração distribuída de energia solar para residências, comércios e propriedades rurais; ✓ Uso de recursos alinhado com standards de sustentabilidade como Taxonomias da Climate Bonds Initiative e da União Europeia, <i>Green Bond/Loan Principles</i> e Não Perca Esse Bond; ✓ O prazo para que os recursos dos instrumentos emitidos sejam totalmente alocados nos projetos elegíveis é de até 12 meses. 	-
2. Seleção e avaliação de projetos	<p>Liderança</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos atendem aos critérios setoriais da CBI para o setor de energia solar; ✓ Mecanismo de seleção e avaliação de projetos e investimentos bem definidos no framework; ✓ O Framework deixa claro a capacidade interna da Solfácil para garantir que os benefícios ambientais sejam atingidos; ✓ O Framework deixa claro a capacidade interna da Solfácil para gerenciar potenciais impactos negativos advindos dos projetos elegíveis; ✓ Projetos e a originadora sem histórico de controvérsias recentes graves; 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ A empresa informa que não se responsabiliza pela destinação final dos sistemas solares fotovoltaicos adquiridos pelos clientes.
3. Gestão de recursos	<p>Liderança</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O valor das captações rotuladas como verdes não irá superar o valor do CAPEX dos projetos verdes financiados; ✓ A plataforma de financiamento da Solfácil garante que os recursos das emissões baseadas no Framework irão diretamente para a compra de direitos creditórios de clientes elegíveis; caso contrário, a operação é bloqueada no início. ✓ Os investimentos temporários definidos não representam riscos de contaminação dos recursos; ✓ Os recursos das operações baseadas no Framework não serão segregados em contas exclusivas; 	-
4. Relato	<p>Confortável</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relato de indicadores financeiros e de benefícios socioambientais dos projetos elegíveis serão disponibilizados publicamente no site da empresa até a alocação total dos recursos; ✓ Devido ao escopo do portfólio, o relato terá granularidade a nível de emissão; ✓ Verificação anual externa das operações baseadas no Framework da Solfácil. 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Framework e pareceres independentes não serão disponibilizados ao público;

Sobre a NINT

A NINT (Natural Intelligence), anteriormente conhecida como o Programa de Finanças Sustentáveis da SITAWI, é a maior prática de consultoria e pesquisa ASG na América Latina. Com uma equipe de +100 colaboradores e presença local no Brasil e América Latina, somos uma das 5 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment - IRRRI 2019. Fomos a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida e trabalhamos na avaliação externa de mais de 170 operações de dívida ASG.

Sumário

1. Escopo.....	3
2. Opinião.....	6
3. Análise ASG da Solfácil.....	11
4. Green Bond/Loan Principles Form	16
5. Anexo I - Método.....	22

1. Escopo

O objetivo deste Parecer é prover uma opinião independente sobre o alinhamento do Green Bond Framework da Solfácil às melhores práticas internacionais de emissão de títulos verdes. Os recursos obtidos com futuras emissões e fundos de direitos creditórios rotulados como verdes, tendo-se por base as diretrizes do Green Bond Framework da Solfácil, serão utilizados para gastos futuros associados a instalação de sistemas solares fotovoltaicos para projetos de geração de energia renovável distribuída para residências, comércios e propriedades rurais, tomado por pessoas físicas e jurídicas.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹, os Padrões de Desempenho da *International Finance Corporation* (IFC)², a Publicação Não Perca Esse Bond³ (SITAWI, 2018), os *Climate Bonds Standards*, a Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁴ e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da NINT é baseada em:

- Análise da coerência do Green Bond Framework e da estratégia de sustentabilidade da empresa;
- Análise do alinhamento do Framework com os *Green Bond Principles*, *Climate Bonds Taxonomy* e outros padrões de sustentabilidade e climáticos;
- Desempenho ASG⁵ corporativo da Solfácil.

A análise utilizou informações e documentos fornecidos pela Solfácil, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa e entrevistas com equipes de sustentabilidade e operações. Esse processo foi realizado entre novembro e dezembro de 2022.

- O processo de avaliação consistiu em:
- Planejamento da avaliação
- Avaliação de risco
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação
- Elaboração da conclusão da avaliação
- Preparação do relatório da avaliação

A NINT teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assecuração em relação a completude, precisão e confiabilidade. O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do International Ethic Standards Board for Accountants (IESBA, 2019).

¹ https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2022-updates/Green-Bond-Principles_June-2022-280622.pdf

² https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/Topics_Ext_Content/IFC_External_Corporate_Site/Sustainability-At-IFC/Policies-Standards/Performance-Standards

³ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>

⁴ https://finance.ec.europa.eu/system/files/2020-03/200309-sustainable-finance-teg-final-report-taxonomy_en.pdf

⁵ Ambiental, Social e Governança. Do inglês ESG - Environmental, Social and Governance

O emissor pretende obter a classificação de Títulos Verdes para futuras emissões, em linha com as melhores práticas nacionais e internacionais, como o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)⁶, a publicação ‘Não Perca Esse Bond’⁷, os *Green Bond Principles*, versão de junho de 2021. Essas classificações serão confirmadas a cada ano enquanto as operações baseadas no Framework da Solfácil estiverem ativas, com base em pareceres de pós-emissão a serem elaborados pela NINT.

⁶ <https://esg.nintgroup.com/guia-emissao-titulos-verdes-no-brasil>

⁷ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>

Declaração de Responsabilidade

A NINT não é acionista, investida, cliente ou fornecedora da Solfácil ou de suas controladoras e/ou sócias. Destaca-se que a NINT foi responsável por elaborar Pareceres de Segunda Opinião de emissões verdes da empresa em 2021 e 2022. A NINT declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca do Green Bond Framework da Solfácil.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Solfácil. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a NINT⁸ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos ativos.

⁸ A responsável final por esse relatório é a NINT - Natural Intelligence Ltda., que opera sob o nome fantasia de NINT.

2. Opinião


Com base nos procedimentos de avaliação conduzidos e evidências obtidas, em nossa opinião o Green Bond Framework da Solfácil está em conformidade com os *Green Bond Principles* e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável.

A NINT utilizou seu método proprietário de avaliação, baseado no atendimento aos princípios do *Green Bond Principles*. Os GBP são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como verde. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados no [Anexo I - Método](#).

A aderência ao GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado que o Framework está alinhado aos padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

A seguir, consta a análise do alinhamento do Framework aos quatro componentes dos GBP.

Quadro 1 - Descrição da análise dos GBP para o Green Bond Framework da Solfácil

Princípios e classificação	Análise e descrição
<p data-bbox="156 1464 360 1496">Uso de recursos</p> 	<p data-bbox="383 1055 759 1086">Descrição do uso de recursos:</p> <p data-bbox="383 1115 1437 1330">Os recursos captados por meio do Green Bond Framework da Solfácil serão destinados à compra de carteiras de direitos creditórios lastreados em Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) e em Cédulas de Produtor Rural Financeira (CPR-Fs) emitidas por clientes da Solfácil. Os direitos creditórios estarão vinculados a contratos de financiamento de sistemas solares fotovoltaicos para projetos de geração de energia renovável distribuída para residências, comércios e propriedades rurais, tomado por pessoas físicas e jurídicas que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Framework.</p> <p data-bbox="383 1359 1437 1453">Segundo indicado no documento, os recursos lastreados serão direcionados integralmente ao CAPEX de projetos futuros e serão alocados em até 12 meses. Desta forma, não haverá alocação para reembolso ou reinvestimento de projetos anteriores.</p> <p data-bbox="383 1482 1437 1608">Os projetos se enquadram na categoria de energia renovável dos <i>Green Bond Principles</i> e possuem características de micro e minigeração distribuída, com média de 7,31 kWp para sistemas solares residenciais, 18,93 kWp para sistemas comerciais, e 15,15 kWp para rurais, localizados em qualquer município brasileiro.</p> <p data-bbox="383 1637 1437 1700">Benefícios ambientais e alinhamento do uso de recursos com <i>standards</i> de sustentabilidade:</p> <p data-bbox="383 1729 1437 1883">De acordo com o Framework da Solfácil, os projetos elegíveis contribuem para uma redução de 95% no valor da fatura de energia pelo período em que o sistema estiver em funcionamento, com uma estimativa de 20 a 25 anos de vida útil. As instalações dos painéis fotovoltaicos já financiados pela Solfácil evitaram a emissão de mais de 21 mil toneladas de CO₂e.</p> <p data-bbox="383 1912 1437 1975">A categoria de ‘energia renovável’ dos GBP é considerada pelo <i>Green Project Mapping</i>⁹ da <i>International Market Capital Association</i> (ICMA) como primária para mitigação das</p>

⁹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Sustainable-finance/2021-updates/Green-Project-Mapping-June-2021-100621.pdf>

mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição. Os GBP reconhecem explicitamente a energia renovável proveniente de fonte solar como categoria de projeto elegível para caracterização como Título Verde.

Ainda, avalia-se que o uso de recursos estará alinhado com a *Climate Bond Taxonomy* e critérios setoriais de projetos de energia solar dos *Climate Bonds Standards*, visto que não financiarão projetos de geração solar com mais de 15% de combustível fóssil de reserva.



De acordo com a publicação ‘Não Perca Esse Bond (2018)’¹⁰, os ciclos de vida da energia solar apresentam reduções nas emissões de gases do efeito estufa (GEE) superiores a 90% quando comparadas com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis no Brasil, portanto, os investimentos estarão alinhado ao cenário de aumento de temperatura de 1,5°.

Além disso, a alocação dos recursos em projetos solares pode contribuir para o alcance das metas brasileiras para o acordo de Paris¹¹, das quais:

- Reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% até 2025, comparado com os níveis de emissões de 2005;
- Reduzir as emissões por 50% até 2030, comparado com os níveis de 2005;
- Atingir a neutralidade climática em 2050;¹²

Os investimentos baseados no Framework da Solfácil também contribuirão para o atendimento aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 7 e 13, mais especificamente às metas apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - ODSs e metas aplicáveis

ODS	Metas aplicáveis
	7.2. Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
	13.1. Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - Nações Unidas

Nível de alinhamento com as melhores práticas:

Não foram identificadas lacunas no uso de recursos do Framework (*Green Bond Principles* 1). Portanto, sua classificação é de **Liderança**.

Alinhamento do Framework com a estratégia ASG da Solfácil:

O objetivo do Framework é estabelecer diretrizes para a aquisição de direitos creditórios oriundos de financiamentos de projetos de instalação de sistemas solares fotovoltaicos, alinhado com o objetivo da Solfácil de democratizar o uso de energia solar no Brasil, facilitando o acesso ao crédito para pessoas físicas e/ou jurídicas. Portanto, a estratégia de negócio da empresa visa facilitar o acesso do consumidor à energia limpa.

¹⁰ <https://esg.nintgroup.com/nao-perca-esse-bond>

¹¹ <https://unfccc.int/sites/default/files/NDC/2022-06/Updated%20-%20First%20NDC%20-%20%20FINAL%20-%20PDF.pdf>

¹² <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/comite-interministerial-sobre-mudanca-do-clima/arquivos-cimv/item-de-pauta-3-paris-agreement-brazil-ndc-final-1.pdf>

Avalia-se, dessa forma, que o uso de recursos, assim como os projetos elegíveis definidos no Framework, estão alinhados à estratégia de negócios da empresa.

Processo de seleção e avaliação de projetos:

Conforme informado pela empresa, o processo de seleção de projetos para financiamento se inicia com o interesse do cliente em contratação da linha de financiamento, e inclui análise financeira do tomador, diligência técnica, financeira e reputacional do integrador solar e análise técnica da qualidade do projeto a ser instalado. A plataforma de concessão de crédito da Solfácil ('Plataforma Solfácil') só autoriza a assinatura do contrato após a verificação de todos os documentos enviados pelo credor, de modo que não haja risco de não compatibilidade com os critérios de elegibilidade ao crédito.

Concomitantemente, a Solfácil realiza uma análise para a homologação dos integradores. Além de critérios técnicos, como histórico de vendas, há uma análise de denúncias e da saúde financeira do CNPJ e do CPF dos sócios. Os integradores também são analisados pelos clientes a partir de uma pesquisa de satisfação. Na minuta de contrato entre o integrador e a Solfácil há uma cláusula de ética e anticorrupção, podendo o integrador passar por uma auditoria em caso de suspeita de quebra das disposições da cláusula. Também, há uma cláusula de obrigação do integrador em cumprir a legislação trabalhista, tributária, social, fundiária e previdenciária relativa a seus empregados e/ou subcontratados alocados direta ou indiretamente na execução dos projetos. Segundo consta em uma cláusula do Acordo Operacional entre a Solfácil e os integradores, é responsabilidade destes planejar, conduzir e executar os projetos de acordo com a legislação aplicável, com as melhores práticas de normas da ABNT e com as Normas Regulamentadoras (NR) do Ministério do Trabalho. A Solfácil afirma que são realizados acompanhamentos mensais sobre a performance dos integradores e, se identificada alguma inconformidade, o integrador é descadastrado da plataforma.

Já a análise do projeto em si, conduzida pelo time de engenharia da Solfácil, inclui análise técnica *ex ante* com o dimensionamento do projeto para cálculo de geração, análise dos equipamentos utilizados, potência estimada e verificação remota do local de instalação para conferir as condições (sombreamento e dimensões do telhado, por exemplo), garantindo a mitigação de riscos e custos. É realizada, pós projeto, uma análise dos resultados obtidos. Essas etapas têm o objetivo de comparação com o prometido pelo integrador, para verificação de factibilidade do projeto proposto. Além disso, há a verificação de custo por quilo-watt pico (KWp) do projeto, para identificar se o valor está de acordo com o praticado pelo mercado. Essa prática visa evitar fraudes.

Conforme consta no Framework, a empresa acompanha a produção da instalação solar em tempo real por meio de um dispositivo eletrônico chamado Ampere, que permite o monitoramento da geração de energia das placas e avalia se o sistema está funcionando corretamente. Assim, tanto o integrador quanto o cliente têm uma visualização mensal dos dados de consumo, produção e economia gerada. Esse processo ajuda a Solfácil a mitigar potenciais riscos adversos e a garantir que os benefícios estarão sendo gerados pelos projetos.


No entanto, a empresa informa que não se responsabiliza pela destinação final dos sistemas solares fotovoltaicos adquiridos pelos clientes.


Como já mencionado, todos os projetos selecionados se alinham aos critérios setoriais da Taxonomia da *Climate Bond Initiative*. Segundo apontado pela Solfácil, projetos não elegíveis serão rejeitados no ato da cessão dos direitos creditórios, então não é possível utilizar recursos dos veículos verdes baseados no Framework para alocar em um projeto fora da elegibilidade. Assim, a operação não é sequer formalizada na plataforma Solfácil para ser direcionada ao veículo em questão.

Nível de alinhamento com as melhores práticas:

Processo de seleção e avaliação de projetos



	<p>Não foram identificadas lacunas no processo de seleção e avaliação dos projetos elegíveis (<i>Green Bond Principles 2</i>) sob as diretrizes do Green Bond Framework. Portanto, sua classificação é de Liderança.</p>
<p>Gestão de recursos</p> 	<p>Procedimentos para gestão dos recursos:</p> <p>Os recursos verdes captados sob as diretrizes do Green Bond Framework serão alocados para gastos futuros associados a compra de direitos creditórios de operações de financiamento de sistemas solares originados por clientes da Solfácil. Os recursos serão integralmente alocados nos projetos elegíveis dentro de 12 meses imediatamente à sua captação, conforme novas operações de crédito forem originadas. Destaca-se que a empresa garante o compromisso de que a soma das operações verdes não ultrapassará a soma de projetos verdes elegíveis.</p> <p>O Framework não estabelece mecanismos de redirecionamento de recursos caso os projetos falhem em atender os critérios de elegibilidade, visto que a inelegibilidade de um projeto ou cliente já bloqueia a operação de cessão do direito creditório no início do processo, garantindo que o recurso verde não será alocado para projetos que não cumpram os critérios de elegibilidade definidos no processo de seleção e avaliação.</p> <p>Os recursos das emissões rotuladas como verde sob as diretrizes do Framework ficarão em contas bancárias segregadas dos demais recursos da Solfácil, o que garante que os recursos captados não terão contaminação.</p> <p>Recursos temporariamente não alocados nos projetos:</p> <p>O Green Bond Framework destaca que os recursos temporariamente não alocados nos projetos elegíveis poderão ser investidos nos seguintes ativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Letras Financeiras do Tesouro Nacional; • Operações compromissadas, com liquidez diária, lastreadas em títulos públicos federais, desde que sejam com qualquer instituição autorizada; • Certificados de depósito financeiro, com liquidez diária, cujas rentabilidades sejam vinculadas à taxa DI pós fixada, emitidos por instituição autorizada; • Cotas dos fundos de investimento em renda fixa referenciado DI, com liquidez diária, que venha a ser monitorado por uma Agência Classificadora de Risco, inclusive administrado pela Administradora, e que possua perfil de risco igual ou melhor que o perfil de risco das Cotas Seniores de melhor risco de crédito em circulação. <p>Considerando que os instrumentos citados acima são de alta liquidez e não estão atrelados a atividades que geram impactos ambientais adversos ou a empresas que possuam histórico recente de controvérsias ASG, há baixo risco de contaminação dos recursos. Também, os critérios de elegibilidade para a aquisição dos direitos creditórios adquiridos garantem que os mesmos serão oriundos de projetos de instalação de sistemas solares fotovoltaicos - destinação prevista no Framework.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas:</p> <p>Não foram identificadas lacunas na gestão dos recursos das emissões baseadas no Framework (<i>Green Bond Principles 3</i>). Portanto, sua classificação é de Liderança.</p>
	<p>A empresa se compromete em reportar anualmente, até o vencimento das emissões rotuladas, as informações financeiras das operações rotuladas e de impacto ambiental dos projetos elegíveis. O relato ocorrerá à nível de emissão e constará no website da Solfácil.</p> <p>Os indicadores ambientais a serem divulgados serão:</p>

<p>Relato</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Potência instalada (MWp); • Volume de energia renovável gerado anualmente (GWh); • Emissão de GEE evitada (Mil tCO2e); • Número de projetos instalados e clientes beneficiados; <p>Anualmente, enquanto houver operações baseadas no Framework, a Solfácil solicitará um parecer de verificação de alinhamento das emissões ao Green Bond Framework, que será realizada pela NINT. Esses pareceres visam garantir que os recursos alocados e a performance dos projetos permaneçam alinhados aos critérios de elegibilidade do Framework.</p> <p>A empresa não se compromete a tornar público os pareceres de verificação desenvolvidos no contexto das emissões baseadas no Framework, assim como divulgará o parecer de segunda opinião sobre a avaliação do Framework apenas para os investidores. O Framework também não será publicado.</p> <p>Nível de alinhamento com as melhores práticas:</p> <p>Com base em nossa avaliação, o relato possui alinhamento em nível confortável com os <i>Green Bond Principles</i>, visto que o Framework, os pareceres de verificação e de segunda opinião não estarão disponíveis publicamente.</p>
--	---

Análise ASG da Empresa

Quadro 3 - Performance ASG e Pesquisa de controvérsias - Solfácil

Análise ASG da Empresa	Descrição
Performance ASG	A Solfácil possui algumas políticas e ações que visam a gestão eficiente de suas atividades. No entanto, a empresa ainda tem oportunidades de melhoria, como a formalização e transparência a respeito de compromissos e práticas ASG. Destaca-se que a empresa não possui ações judiciais ou protestos de funcionários, assim como também não possui penalidades por descumprimento de legislação trabalhista e ambiental.
Controvérsias ASG	Foram identificadas controvérsias de nível pouco significativo, associadas à insatisfação e reclamações referentes aos serviços prestados pela companhia. A empresa possui conduta remediativa na maior parte dos casos. A Solfácil vem investindo em ações para melhorar a qualidade de seus serviços e reduzir o índice de insatisfações.
Conclusão	Sendo assim, concluímos que a empresa tem capacidade de medir, prevenir, mitigar e compensar eventuais impactos negativos de suas atividades.

Equipe técnica responsável

Camila Horst Toigo

Camila Toigo
Consultora Sênior
camila.toigo@nintgroup.com

Isabela Coutinho

Isabela Coutinho
Coordenadora ASG
isabela.coutinho@nintgroup.com

Cristóvão Alves

Cristóvão Alves
Revisão e Controle de Qualidade
cristovao.alves@nintgroup.com

Rio de Janeiro, 27/12/2022

3. Análise ASG da Solfácil

A Solfácil é uma *fintech* brasileira que oferece uma linha de financiamento destinada exclusivamente para instalação de sistemas de energia solar para pessoas físicas e pessoas jurídicas (pequenas e médias empresas). A linha oferecida permite aos consumidores a aquisição do sistema sem investimento inicial e com condições acessíveis, que podem tornar o valor das prestações inferior ao custo atual da conta de energia elétrica do cliente.

Para chegar aos clientes, a Solfácil possui uma rede de profissionais especializados em vender e instalar sistemas solares fotovoltaicos, os chamados integradores, que oferecem o empréstimo da Solfácil para clientes em potencial. Nesse processo, a Solfácil possui uma plataforma tecnológica que auxilia os integradores parceiros a aumentarem a conversão de suas vendas, além de ajudá-los com engenharia e suprimento.

Segundo a empresa, até início de dezembro de 2022, aproximadamente 61.000 projetos haviam sido financiados, contemplando operações em todos os estados do Brasil. Até novembro do mesmo ano, cerca de 37.748 projetos foram homologados. No total, os projetos correspondem a uma potência instalada de 436,421 MWp. Atualmente, a empresa possui 540 funcionários e trabalha com uma rede de mais de 9.000 integradores parceiros cadastrados na plataforma da companhia.

Para conduzir esse processo de análise foram propostos questionamentos à equipe da Solfácil, além da análise dos seguintes documentos:

- Acordo Operacional com Integrador;
- Website da empresa;
- Apresentação institucional para emissão;
- Demonstrações Financeiras Padronizadas;
- Política de crédito;
- Análise para homologar novos prestadores/integradores;
- Contrato com integrador;
- Política de Gestão Socioambiental;
- Procedimento de avaliação de integradores solares;
- Contrato Social;
- Organograma.

- **Ambiental**

A empresa tem uma Política de Gestão Socioambiental que propõe princípios de Fomento do Desenvolvimento Sustentável e Eficiência Ambiental. A Solfácil possui uma Política de Gestão Socioambiental que visa garantir a incorporação de princípios e diretrizes da mesma nos negócios, nos processos e nos relacionamentos da empresa com os *stakeholders*. Segundo consta no documento (sem data de publicação), os princípios dessa Política são: conduta ética, construção conjunta, fomento do desenvolvimento sustentável, inclusão social, eficiência ambiental e transparência.

A estrutura da Solfácil é pouco consumidora de recursos naturais e de materiais, e seus projetos são de baixa complexidade e impacto socioambiental, não requerendo processos de licenciamento

ambiental. Ressalta-se que a empresa afirma não possuir um Sistema de Gestão Ambiental instituído e não elaborar Relatórios de Sustentabilidade.

Conforme aponta a empresa, os projetos para quais a Solfácil oferece financiamento são todos voltados para instalação de sistemas solares fotovoltaicos para pessoas físicas e jurídicas. Por esse motivo e pelo seu pequeno porte (com atividades da empresa acontecendo de forma remota, restritas ao seu escritório), as atividades da empresa demandam uso reduzido de água e combustíveis, direta ou indiretamente.

Com relação à destinação final dos painéis fotovoltaicos ao fim da vida útil, é informado pela companhia que essa fica a cargo do cliente que adquiriu o material (pessoa física, jurídica) e que a Solfácil não orienta nenhum cliente final sobre a prática. Isto ocorre porque os ciclos de vida do projeto são muito longos, segundo apontado pela companhia.

Não há emissões significativas de poluentes atmosféricos associadas as atividades da Solfácil, considerando que suas práticas estão concentradas em escritório de pequeno porte e que a maioria dos funcionários se desloca para o local de trabalho de bicicleta, a pé ou por meio de transporte público. Além disso, suas atividades contribuem para a mitigação de emissões indiretas de seus clientes a partir da oferta de crédito para consumo de energia limpa. A empresa afirma que contribui para a redução de emissões de GEE na atmosfera ano a ano, conforme consta na certificação das agências independentes que chancelam seus produtos financeiros com o “selo verde”.

Seu impacto ambiental indireto, em termos de degradação dos solos ou interferências em ecossistemas também não é significativo, dado que os painéis fotovoltaicos dos projetos financiados pela companhia são instalados no telhado dos clientes. Isto é, não demandam supressão da vegetação ou práticas de instalação que impactam o meio ambiente.

Isto posto, conclui-se que as práticas de gestão ambientais da Solfácil resultam em baixo impacto no uso de recursos, em ecossistemas, na gestão de resíduos e nas mudanças climáticas. Cabe destacar que a companhia afirma que não está envolvida em controvérsias relacionadas a penalidades por descumprimento de legislação ambiental.

• Social

Dado o escopo e a natureza de suas atividades e o seu pequeno porte, a Solfácil tem baixo impacto sobre comunidades no entorno de suas operações. A empresa também não possui uma Política Corporativa que contemple seu relacionamento com a comunidade.

Conforma informado pela Solfácil, a companhia tem aprimorado seus controles e sistemas para que os problemas e reclamações dos clientes sejam gerenciados e resolvidos apropriadamente via um sistema de monitoramento que permitirá a detecção instantânea de problemas técnicos. Ao serem detectados, os problemas são sinalizados para o integrador, que visita o cliente e oferece soluções. Durante o processo de análise do projeto, a empresa realiza uma avaliação de engenharia para garantir que o dimensionamento e o posicionamento dos painéis definidos pelo integrador estejam adequados, mitigando riscos e custos para o cliente final. Cabe mencionar, ainda, que a empresa possui um canal para receber reclamações, podendo o cliente ligar e escolher o ramal de interesse, ou enviar um e-mail pela central de dúvidas. Porém, a empresa não possui um Relatório de Ouvidoria.

A Solfácil não possui trabalhadores terceirizados. No que diz respeito à sua relação com empresas fornecedoras e subcontratadas, a companhia promove um relacionamento perene, incluindo a definição e respeito a cláusulas contratuais claras e justas. No entanto, não possui uma Política e/ou procedimentos formais relacionados com fornecedores, nem uma Política e/ou procedimentos de compras.

Conforme informado pela companhia, o Acordo Operacional e os Contratos de Prestação de Serviços são instrumentos que garantem que os integradores e empresas parceiras prestarão garantias e declarações de que cumprem com todas as obrigações impostas pela legislação trabalhista, previdenciária e ambiental vigentes, e que adotarão, no exercício de suas atividades, todas as medidas necessárias para evitar e corrigir danos ao meio ambiente, e que fornecerão aos seus funcionários, prepostos, subcontratados e demais terceiros envolvidos no contrato as informações e orientações necessárias para a perfeita condução do negócio e execução do contrato ponto de vista socioambiental. A companhia aponta que caso seja identificada qualquer violação ou desconformidade durante a vigência do contrato, há a possibilidade de rescindi-lo.

Além disso, a companhia está elaborando seu Código de Ética e Conduta, que deverá ser aplicável também aos integradores e empresas parceiras. O referido documento trará orientações gerais que devem embasar a postura e conduta exigidas dessas empresas e das pessoas que as representam, inclusive no que tange à conformidade com a legislação trabalhista e boas práticas de saúde, segurança e bem-estar laboral.

A empresa não possui ações judiciais ou protestos de funcionários, assim como também não possui penalidades por descumprimento de legislação trabalhista. A empresa informou que cumpre os requisitos da legislação previdenciária e zela pelo bem-estar dos colaboradores, promovendo políticas como horas de trabalho flexíveis, um escritório mais espaçoso e com acesso à cozinha e banheiros com chuveiros para os funcionários que se deslocam com bicicleta, promoção de teletrabalho e oferecimento de plano de saúde e odontológico para todos os funcionários, além de planos de academia e bem-estar. Não há um mecanismo formal de controle a respeito do número de horas de trabalho e pagamento de horas extras.

A companhia não possui uma política de diversidade e não discriminação, ou programas de inclusão de minorias, apesar de afirmar que está atenta a recrutar mais mulheres e não possuir histórico de controvérsias no tema. A empresa não apresentou políticas e compromissos formais de prevenção à assédio sexual e moral. No que diz respeito à liberdade sindical, a empresa não possui histórico de controvérsias no tema.

Já no que se refere à gestão de carreira e promoção de empregabilidade, a Solfácil informou que não possui políticas de carreira e remuneração. No entanto, a empresa realiza um *onboarding* dos novos colaboradores nos primeiros dias de trabalho e oferece *workshops* mensais de cada área, além de cursos externos. A empresa informou, ainda, que realiza *feedbacks* regulares com os funcionários para avaliação de desempenho.

Isto posto, conclui-se que a empresa ainda tem oportunidades de melhoria como a formalização e transparência a respeito de compromissos e práticas ASG. Essa formalização é importante para garantir que a atuação da Solfácil nesses pontos seja assertiva ao longo do tempo, bem como para fomentar uma cultura de transparência junto a seus *stakeholders*. Outras oportunidades de melhoria identificadas incluem o monitoramento de indicadores socioambientais dos integradores parceiros e a promoção de política/projetos de diversidade e não discriminação no quadro de funcionários da empresa.

- **Governança corporativa**

A Solfácil realiza demonstrações financeiras com parecer auditado por terceira parte. No entanto, a empresa não o divulga publicamente em canais externos.

Em seu Código de Ética e Conduta, não há diretrizes sobre uma política anticorrupção. No entanto, verificou-se que a mesma não está envolvida em casos controversos relacionados ao tema.

No contrato da empresa com os integradores há uma cláusula de confidencialidade que impede que qualquer informação não previamente autorizada sobre as atividades acordadas no contrato e/ou sobre informações de clientes sejam divulgadas. Também, há uma cláusula referente a padrões éticos de conduta na condução dos negócios e cumprimento de leis de combate ao suborno e à corrupção. Isto posto, há indícios de que a empresa considera em suas práticas as temáticas de respeito à privacidade, uso de informações e comportamentos éticos.

A Solfácil tem uma governança estruturada, incluindo um conselho representando os interesses dos acionistas da Solfácil. A diretoria executiva é composta dos diretores das áreas comercial, financeiro, serviços, engenharia, risco, cobrança, tecnologia, financiamento e produto, conforme organograma enviado pela empresa.

- **Controvérsias**

Em relação ao estudo de controvérsias, concluímos que a Solfácil está envolvida em casos de reclamações e insatisfações de integradores e clientes. Seu nível de responsividade é adequado para resolução dessas questões, mas nem todas as solicitações foram consideradas como resolvidas pelos reclamantes.

Todas as controvérsias foram encontradas no *website* “Reclame Aqui” e nenhuma de natureza ambiental e de governança foi identificada. A NINT questionou a companhia sobre a frequência de ocorrências e a forma de monitorar e gerir as reclamações dos clientes. A Solfácil argumenta que está capacitando o time de *Customer Experience* (CX) para gerar uma melhor experiência ao parceiro e cliente final, a fim de evitar reclamações sobre a qualidade dos serviços, cobranças indevidas e controvérsias contratuais.

Além disso, argumentam que estão revisando processos, como forma de monitorar as solicitações dos clientes. Neste sentido, atualmente possuem uma análise com todos os motivos de contato feito por cliente, sendo endereçado um plano de ação específico, como ajustes no procedimento, tempo de resposta, alinhamento entre áreas. Está sendo realizada, também, a capacitação do time, tendo como escopo o conhecimento do produto e os procedimentos/condução dos casos de reclamação. Também, a Solfácil realizou monitorias de qualidade sobre os atendimentos realizados, contando com uma equipe específica que avalia os atendimentos realizados pela equipe de CX.

Em janeiro de 2022, a Solfácil criou uma área responsável por responder todas as reclamações do site Reclame Aqui e casos especiais, chamada de “Casos especiais/Ouvidoria”. A área também pode sugerir melhoria de processos e capacitação para o restante da equipe de CX.

Conforme informado pela companhia, seguem alguns indicadores de resultados que refletem a melhoria de seus processos.

Fevereiro de 2022:

- Tempo de resposta: Passou de 19 dias para 17 horas (em média)
- Índice de solução: Passou de 66,67% para 85,17% (em média)
- Voltaria a fazer negócio: Passou de 44% para 57,14% (em média)
- Nota: De 5,3 para 5,9

Dezembro de 2022:

- Tempo de resposta: 3 dias e 12 horas (em média)
- Índice de solução: 85,7% (em média)
- Voltaria a fazer negócio: 62,90% (em média)
- Nota: 8,2

De acordo com a plataforma Reclame Aqui, a Solfácil resolve 85,7% das reclamações. Ao total, somam-se 124. Cerca de 18% das reclamações referem-se a descumprimento de acordos e ligações excessivas para cobrança de parcela e entre 50% e 70% referem-se a questões financeiras, como cobranças indevidas. Algumas reclamações foram feitas por integradores, parceiros da Solfácil.

O Quadro 3 apresenta o levantamento quantitativo das principais controvérsias encontradas nos últimos dois meses (novembro e dezembro de 2022). De todos os casos verificados, foram contabilizados 5 casos não resolvidos.

Quadro 4 - Levantamento de controvérsias da empresa

Social	Número de casos ente novembro e dezembro de 2022	Responsividade da empresa
Cobrança de parcela indevida	7	Respondido: 7 Não respondido: 0
Equipamento não entregues/demora na entrega dos equipamentos	6	Respondido: 4 Não respondido: 2
Qualidade do serviço de atendimento e/ou financeiro	17	Respondido: 17 Não respondido: 0
Qualidade do produto	3	Respondido: 2 Não respondido: 1
Problemas administrativos/financeiros com integradores	16	Respondido: 15 Não respondido: 1
Outros problemas financeiros	12	Respondido: 11 Não respondido: 1

4. Green Bond/Loan Principles Form

Green Bond / Green Bond Program
Independent External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Solfácil

Green Bond ISIN or Issuer Green Bond Framework Name, if applicable: Green Bond Framework Solfácil

Independent External Review provider's name: NINT - Natural Intelligence (*formerly known as SITAWI's Sustainable Finance Program*)

Completion date of this form: 27/Dec/2022

Publication date of review publication: 12 months upon the first issuance based on the framework

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements of the framework and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF INDEPENDENT EXTERNAL REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to NINT, Solfácil's Green Bond Framework is aligned with the Green Bond Principles (GBP). All net proceeds from the bonds based on this framework will be allocated to purchase portfolios of credit rights backed by Bank Credit Notes (CCBs) and Rural Financial Producer Notes (CPR-Fs) issued by Solfácil customers. Credit rights are linked to the financing of photovoltaic solar systems for distributed renewable energy generation projects for residences, businesses and rural properties. The projects outlined in the Framework are aligned with Solfácil's sustainability strategy.

The governance for projects' evaluation and selection is clear and transparent and the projects are aligned with the CBI eligibility requirements for the solar energy sector.

Solfácil is committed to temporarily allocating the proceeds to low-risk, high-liquidity and non-carbon-intensive investments. The proceeds shall be allocated to selected projects up to 12 months from the operation issuance.

After the green issuances, Solfácil commits to reporting the financial indicators and environmental benefits of the projects annually to the public. The Second Party Opinion reports, the Green Bond Framework and verification reports will be available only to the investors.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: All net proceeds from the bonds based on this framework will be allocated to purchase portfolios of credit rights backed by Bank Credit Notes (CCBs) and Rural Financial Producer Notes (CPR-Fs) issued by Solfácil customers. Credit rights are linked to the financing of photovoltaic solar systems for distributed renewable energy generation projects for residences, businesses and rural properties.

The use of proceeds described in the framework is categorized as ‘renewable energy’ from ICMA’s perspective and is also aligned with the main sustainability frameworks, references and standards for green financial products. In addition, the Framework reinforces Solfácil’s strategy of investing in assets that contribute to climate change mitigation, the transition to a low-carbon economy, the Paris Agreement and the Objectives of Sustainable Development (SDG) 7 and 13.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Environmentally sustainable management of living natural resources and land use |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water and wastewater management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient and/or circular economy adapted products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Green buildings |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | <input type="checkbox"/> Other (please specify): |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs: Not applicable

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable): The selection of the projects financed by Solfácil includes a borrower’s financial analysis, technical analysis of the projects and due diligence on the suppliers, as well as their financial and reputational capacity. For the management of suppliers (companies responsible for installing the solar systems), Solfácil contractually determines compliance with all legal labour, social security and environmental obligations. The company also determines that suppliers ensure the adoption of all the necessary initiatives to avoid and correct impacts on the environment. However, the company informs it is not responsible for the final destination of the photovoltaic panels purchased by the clients. Therefore, we can conclude that the internal processes for project evaluation and selection are transparent and based on clear eligibility criteria. The projects are aligned with Solfácil’s strategy and have environmental and social benefits, delivering positive contributions to sustainable development.

Evaluation and selection

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Credentials on the issuer’s environmental sustainability objectives | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to identify and manage potential ESG risks associated with the project |
| <input type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The proceeds raised through Solfácil’s Green Bond Framework will be used to purchase portfolios of credit rights backed by Bank Credit Notes (CCBs) and Rural Financial Producer Notes (CPR-Fs) issued by Solfácil customers. The proceeds shall be allocated to eligible projects for up to 12 months and will be segregated in specific bank accounts. If necessary, the proceeds will be temporarily invested in high liquidity fixed-income instruments until the full allocation to eligible projects. The issuer also commits that the sum of proceeds raised through green debt allocated to each project will not surpass the total cost of the green projects and assets.

Tracking of proceeds:

- Green Bond/Loan proceeds segregated or tracked by the issuer in an appropriate manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocations to future investments only | <input type="checkbox"/> Allocations to both existing and future investments |
| <input type="checkbox"/> Allocation to individual disbursements | <input type="checkbox"/> Allocation to a portfolio of disbursements |
| <input type="checkbox"/> Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): Solfácil is committed to reporting annually, until the end-term of the labelled emissions, information on the environmental impact of eligible projects. Financial information also will be disclosed to the public. Reporting will occur at the issuance level and will be available on Solfácil’s website. The company does not commit to releasing to the public the framework and the second-party opinion reports.

Use of proceeds reporting:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Project-by-project | <input type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information reported:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Allocated amounts | <input type="checkbox"/> GB financed share of total investment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Frequency:

- | | |
|--|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): <i>quarterly</i> | |

Impact reporting:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Project-by-project | <input type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input checked="" type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Frequency:

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input type="checkbox"/> Energy Savings |
|---|---|

- Decrease in water use
- Other ESG indicators (*please specify*): Installed power (MWp); Volume of renewable energy generated annually (GWh); Number of installed projects and benefited customers.

Means of Disclosure

- Information published in financial report
- Information published in sustainability report
- Information published in ad hoc documents
- Other (*please specify*): website
- Reporting reviewed (*if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review*):

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (*e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.*)

<https://landing.solfacil.com.br/>

SPECIFY OTHER EXTERNAL REVIEWS AVAILABLE, IF APPROPRIATE

Type(s) of Review provided:

- Second Party Opinion
- Verification
- Other (*please specify*):
- Certification
- Scoring/Rating

Review provider(s):

Date of publication:

ABOUT ROLE(S) OF INDEPENDENT REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

1. **Second Party Opinion:** An institution with environmental expertise, that is independent from the issuer may issue a Second Party Opinion. The institution should be independent from the issuer's adviser for its Green Bond framework, or appropriate procedures, such as information barriers, will have been implemented within the institution to ensure the independence of the Second Party Opinion. It normally entails an assessment of the alignment with the Green Bond Principles. In particular, it can include an assessment of the issuer's overarching objectives, strategy, policy and/or processes relating to environmental sustainability, and an evaluation of the environmental features of the type of projects intended for the Use of Proceeds.
2. **Verification:** An issuer can obtain independent verification against a designated set of criteria, typically pertaining to business processes and/or environmental criteria. Verification may focus on alignment with internal or external standards or claims made by the issuer. Also, evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may reference external criteria. Assurance or attestation regarding an issuer's internal tracking method for use of proceeds, allocation of funds from Green Bond proceeds, statement

of environmental impact or alignment of reporting with the GBP, may also be termed verification.

3. **Certification:** An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against a recognised external green standard or label. A standard or label defines specific criteria, and alignment with such criteria is normally tested by qualified, accredited third parties, which may verify consistency with the certification criteria.
4. **Green Bond Scoring/Rating:** An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework or a key feature such as Use of Proceeds evaluated or assessed by qualified third parties, such as specialised research providers or rating agencies, according to an established scoring/rating methodology. The output may include a focus on environmental performance data, the process relative to the GBP, or another benchmark, such as a 2-degree climate change scenario. Such scoring/rating is distinct from credit ratings, which may nonetheless reflect material environmental risks.

5. Anexo I - Método

A análise da NINT é baseada em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Ela é composta de duas etapas:

- 1) **Avaliação da Emissão** - avaliar se a aplicação dos recursos possui potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição de Título Verde. Para isso, comparamos a emissão aos quatro componentes dos *Green Bond Principles (GBP)* e *Green Loan Principles (GLP)*.
 - **Uso dos Recursos (Use of Proceeds):** propósito da emissão e alinhamento desse com as categorias dos Green Bond Principles, Social Bond Principles e da Climate Bonds Taxonomy;
 - **Processo de Seleção e Avaliação de Projetos (Process for Project Evaluation and Selection):** garantia de benefícios ambientais e/ou sociais associados ao pagamento de dívida da empresa;
 - **Gestão dos Recursos (Management of Proceeds):** procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para atividades elegíveis como verdes;
 - **Relato (Reporting):** Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados das operações financiadas com os recursos.

- 2) **Performance ASG do Emissor** - avaliamos a empresa operadora do projeto de acordo com melhores práticas de sustentabilidade por meio de standards reconhecidos internacionalmente, como GRI¹³ e outros. Nesse contexto, os principais aspectos analisados são:
 - Políticas e práticas para medição, prevenção, mitigação e compensação dos riscos ASG de suas atividades;
 - Contribuição da empresa para o desenvolvimento sustentável e mitigação das mudanças climáticas;
 - Controvérsias¹⁴ que a empresa está envolvida.

Essa análise é composta de 3 dimensões e 10 temas, priorizados de acordo com a materialidade de cada tema para a empresa, conforme apresentado no Quadro 5

Quadro 5 - Temáticas ASG

Dimensão	Tema
Ambiental	• Uso de Recursos
	• Ecossistemas
	• Gestão de Resíduos
	• Mudanças climáticas
Social	• Comunidades
	• Clientes
	• Cadeia de suprimento
	• Recursos Humanos
Governança	• Transparência
	• Integridade e Governança Corporativa

¹³ <https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>

¹⁴ O conceito de controvérsia é baseado na publicação “CONTROVÉRSIAS ASG 2017” (<https://www.sitawi.net/publicacoes/controversias-asg-2017/>). Que define controvérsias como fatos divulgados em veículos de mídia, manifestações de outros grupos de interesse, como grupos de trabalhadores e movimentos sociais, bem como decisões de órgãos fiscalizadores e reguladores.

Legendas

Quadro 6 - Níveis de Asseguração

Níveis de asseguração	
Razoável	Uma avaliação na qual o risco de asseguração é aceitavelmente baixo dentro das circunstâncias do engajamento realizado. A conclusão é expressa de uma forma que transmite a opinião do profissional sobre o resultado da avaliação em relação aos critérios observados.
Limitado	Uma avaliação na qual o risco de asseguração do engajamento realizado é maior do que para um nível de asseguração razoável, porém ainda assim capaz de embasar os principais argumentos utilizados na análise.

Quadro 78 - Níveis de severidade das controvérsias

Severidade	
Pouco significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas não causa danos ou causa dano mínimo que não necessitam de remediação.
Significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , mas a remediação dos impactos causados é simples e com custo pouco significativo.
Muito significativo	Descumpre a lei e/ou afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo o nível de dificuldade e custo de remediação medianos.
Crítico	Descumpre a lei e afeta negativamente aos <i>stakeholders</i> , sendo os danos irremediáveis ou de difícil e custosa remediação.

Quadro 8 - Níveis de responsividade das controvérsias

Responsividade	
Proativa	Além da empresa agir de maneira remediativa diante de uma controvérsia, ela adota medidas que vão além da sua obrigação. Adicionalmente, a empresa realiza procedimentos sistemáticos para evitar que o problema ocorrido se repita.
Remediativa	A empresa realiza as ações necessárias para correção dos danos e se comunica adequadamente com os <i>stakeholders</i> impactados.
Defensiva	A empresa realiza ações insuficientes para correção dos danos ou emite comunicado sem realização de ações corretivas.
Não-responsiva	Não há qualquer ação ou comunicação da empresa em relação à controvérsia.

